



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682496 - SP (2021/0233390-6)

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : MATHEUS DOS SANTOS HONORIO  
**ADVOGADOS** : AGEU MOTTA - SP328503  
MATHEUS DOS SANTOS HONÓRIO - SP435531  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : WILLIAN SOUZA DE LIMA  
**CORRÉU** : MICHAEL NIPRUS JÚNIOR  
**CORRÉU** : FABIANO DE MIRANDA PEREIRA  
**CORRÉU** : HIGOR FREITAS SOUZA  
**CORRÉU** : MÁRCIO FERNANDO AFFAREZ  
**CORRÉU** : EVANDRO BISPO TAVARES  
**CORRÉU** : FABRICIO PIMENTEL AZEVEDO SILVA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de WILLIAM SOUZA DE LIMA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2113348-30.2021.8.26.0000).

O paciente foi condenado à pena de 7 anos de reclusão, em regime inicial fechado, e ao pagamento de 16 dia-multa, pela prática do delito previsto no art. 157, § 2º, incisos I, II e V, c/c o art. 29, todos do Código Penal.

O impetrante sustenta a necessidade de afastamento do aumento da pena em razão da personalidade do réu, bem como a aplicação "de um *quantum* menor quanto ao art. 288 do Código Penal" (fl. 11).

Pondera que "o douto Julgador apontou que o paciente possuía uma mente voltada ao crime para aumentar a pena base. No entanto, nos autos não há documentos que comprovem tal valoração" (e-STJ fl. 12).

Afirma, no tocante ao art. 288 do Código Penal, que "seria adequado um *quantum* menor, de preferência 1/6 ou até 1/3, mas jamais aumentar a pena na metade. Aumentar a pena na metade do caso concreto, se mostra uma maneira de ferir o princípio da individualização da pena e da dignidade da pessoa humana" (fl. 16).

Requer, liminarmente e no mérito, o redimensionamento da pena, nos termos delineados na presente impetração.

É, no essencial, o relatório.

Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, "por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em *habeas corpus* apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de

plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência